

O NEOLIBERALISMO, O ATAQUE AO ESTADO SOCIAL, OS PERIGOS DO “FASCISMO DE MERCADO”¹

THE NEOLIBERALISM, THE ATTACK ON THE WELFARE STATES, THE DANGERS OF "MARKET FASCISM"

ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES

Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Direito de Coimbra. Endereço eletrônico: anunes@fd.uc.pt.

(CONTINUAÇÃO DA EDIÇÃO ANTERIOR – REVISTA JURÍDICA 2013 - II)

9. – Os fiéis mais fundamentalistas das teses (neo)liberais não deixam dúvidas quanto ao destino que reservam ao estado social, convencidos de que os tempos de hoje não justificam tantos ‘mimos’ aos trabalhadores. Sentindo-se à vontade,

1) proclamam abertamente que o seu *estado garantia* (a nova máscara do estado capitalista) assenta na “aceitação do papel fundamental e insubstituível do mercado e da propriedade privada na organização económica e social”;

2) afirmam, como verdade absoluta, que *só o mercado livre garante a concorrência*, que *só a concorrência garante a eficiência económica* e que *só esta assegura o bem-estar* de cada um e de todos;

3) sublinham que a função essencial do *estado garantia* é, a seu ver, a de *fomentar a concorrência*, i.é, a de *deixar funcionar o mercado*, passando de uma *lógica da oferta* para uma *lógica da procura*.²

É a saudade incurável do que nunca existiu: os mercados de concorrência perfeita.

À boa maneira de Milton Friedman, a *liberdade de escolha* – axioma segundo o qual cada indivíduo é o melhor juiz dos seus interesses e da melhor forma de os

¹ Aproveito neste texto reflexões que desenvolvo em trabalhos de maior fôlego, em vias de publicação em livro, em Portugal e no Brasil. Dedico este artigo à minha Colega e minha Amiga Aldacy Rachid Coutinho, com muita “fraternura” e muita consideração.

² Cfr. A. A. ALVES, *ob. cit.*

prosseguir, com vista à maximização do seu bem-estar – é proclamada como a pedra de toque do ‘novíssimo’ *estado garantia*, ao qual se confia a missão de “garantir a liberdade de escolha a todos os cidadãos”, missão que faria dele “o estado social do século XXI”³, embora ele não passe, a nosso ver, de uma reinvenção do estado liberal dos séculos XVIII e XIX, com alguns condimentos provenientes da *doutrina social da igreja* (como o *princípio da subsidiariedade*, defendido em 1931 pelo Papa Pio XI na encíclica *Quadragesimo Anno*).

É o regresso festivo – ainda que às vezes negado – ao *laissez-faire*. É a insistência na tecla gasta da *soberania do consumidor*, como se alguém pudesse acreditar que, ao escolher o que quer, no exercício da sua *liberdade de escolha*, é o consumidor que determina, também no que toca aos *serviços públicos* que satisfazem direitos fundamentais (educação, saúde, segurança social, justiça), o que se produz, *como se produz e para quem se produz*.

De acordo com os cânones, proclamam que “não há liberdade sem concorrência”. E, para garantirem a *liberdade de escolha*, defendem que deve haver “concorrência livre e saudável na prestação de serviços e bens” [incluindo os *serviços públicos*, é claro]. E alegam que “a concorrência tem de ser leal e saudável”, concluindo que, por isso mesmo, o *estado garantia* deve apenas “estabelecer as regras do jogo e agir quando estas não são cumpridas”, porque o estado “não deve ser jogador e árbitro ao mesmo tempo”.⁴

E como, segundo esta dogmática, *as classes sociais não existem*, e o estado é um *estado acima das classes*, a conclusão é a de que a vocação do estado é a de ser um *árbitro neutral*, zelador do *bem comum*. O que significa que é contra a sua natureza assumir-se como ‘estado-jogador’, i.é, como estado prestador de quaisquer bens ou serviços (mesmo que se trate de *serviços públicos*).

Na melhor das hipóteses, admite-se que o estado intervenha *supletivamente*, como *estado subsidiário*: por exemplo, só deve criar escolas públicas onde não houver escolas privadas e onde não se conseguir estimular a *sociedade civil* a criá-las.⁵ Ao *estado subsidiário* caberia apenas *complementar a iniciativa privada*,

³ Cfr. F. A. FONSECA, *ob. cit.*

⁴ Cfr. F. A. FONSECA, *ob. cit.*

⁵ Em **Capitalism and Freedom**, Milton Friedman – o grande defensor da *liberdade de escolha* na segunda metade do século XX – defende abertamente que o estado não deve ocupar-se com a oferta de um serviço público de educação, porque o mercado pode perfeitamente oferecê-lo. Na mesma onda (quase provocatória), defende que deveriam ser privatizados os parques nacionais de

estimular e apoiar a *sociedade civil* e os “corpos sociais intermédios” nela existentes. Este *estado social subsidiário* perfila-se, afinal, como o estado social impedido de o ser, por simples dedução dos axiomas ideológicos do neoliberalismo.

É, mais uma vez, a atitude reacionária de quem, sob a bandeira pretensamente libertária da *liberdade de escolha*, pretende impor o regresso a tempos antigos, neste caso aos tempos em que os *corpos sociais intermédios* (nomeadamente a Igreja Católica) detinham o monopólio do ensino (e da saúde), constituindo o centro produtor da ideologia dominante anterior às revoluções burguesas, verdadeiro *pensamento único* desses tempos (tempos em que, sem qualquer sofisma, a liberdade de escolha não existia, nem a liberdade de pensamento, nem – para a grande maioria das pessoas – qualquer espécie de liberdade).

E como a *liberdade de escolha* é considerada “um instrumento essencial quer à prossecução do bem individual de cada um quer à prossecução do bem comum da sociedade”, a dedução lógica já se adivinha: “ser contra a liberdade de escolha é ser contra o bem de todos os cidadãos, é ser contra a *verdadeira democracia*” [sublinhados nossos. AN].⁶

Noutro plano, o *estado social* é acusado de ser “anti-social” porque “amordaça a liberdade de escolha”, porque “se apoderou da liberdade de escolha dos cidadãos”, transformando-se em “estado totalitário”, gerador de uma “sociedade de escravos”. A conclusão de tal juízo só pode ser a de Milton Friedman e de todos os neoliberais: destruir, custe o que custar, este estado social prestador de serviços públicos à margem do mercado. A solução ‘milagrosa’ está no *estado garantia*, “uma bússola que nos ajuda a saber onde está o norte, o sul, o oeste e o leste”. A *condenação impiedosa* dos que não seguem o *catecismo neoliberal* é fatal, porque “ser-se contra

Yellowston e de Grand Canion, com este argumento: “Se o público deseja este tipo de atividade o suficiente para aceitar pagar por ele, as empresas privadas terão todos os incentivos para oferecer tais parques”. Salve-se a franqueza brutal com que diz o que pensa, ‘virtude’ que não ostentam os seus seguidores destes tempos de crise, sempre propícios aos pescadores de águas turvas...

⁶ Reporto-me a F. A. FONSECA, *ob. cit.* Para combater ‘crimes’ como este, cometidos por aqueles que se opunham à *verdade verdadeira*, foi criada a *Inquisição* (que obrigou Galileu a renegar a sua ‘verdade’) e as *fogueiras da Inquisição* (onde morreu Giordano Bruno, por se ter recusado a renegar a sua ‘verdade’). A mesma obediência cega a *dogmas indiscutíveis* leva hoje os defensores da ideologia dominante à pretensão de afastar da cidadania os que pensam de modo diferente, negando-lhes ostensivamente o acesso aos grandes meios de comunicação de massa e remetendo-os para a categoria dos *inimigos internos*.

o estado garantia é ser-se inimigo da liberdade”.⁷ A ameaça totalitária do discurso neoliberal surge a cada passo, inevitavelmente.

Se o *estado social* é o “caminho da servidão” (Hayek, 1944), se ele é um *estado totalitário, inimigo da liberdade*, parece lógico que, acompanhando Milton Friedman, se considerem, no mesmo plano dos *inimigos externos*, os *inimigos internos*, entre os quais “os homens de boa vontade que desejam reformar a sociedade (...) e obter grandes transformações sociais”. A ameaça que representam é a de pretenderem que o estado seja um agente de transformações sociais, através de *políticas públicas* que promovam uma sociedade mais justa e mais igualitária. Mas o “fascismo de mercado” (ou o “fascismo amigável”) de que falam, há anos, Paul Samuelson e Bertram Gross, colocam-nos na mira da repressão, sempre justificada quando se trata de combater os traiçoeiros inimigos internos.⁸

Como se diz acima, os puristas do neoliberalismo pretendem que o *estado garantia* é o *estado social do século XXI*. Esconjuram o estado social, mas, à cautela – porque tal é ainda politicamente correto –, continuam a falar de *estado social*, que chamam *estado social subsidiário*, para o pôr em confronto com o estado providência de matriz keynesiana, que chamam *estado social-burocrático*, assim ‘batizado’ porque os seus padrinhos sabem bem que a burocracia suscita a aversão de toda a gente.

Mas o *estado social* que se quer substituir pelo *estado social subsidiário* tem outros defeitos, além de ser burocrático. Ele é também um “estado arbitrário”, um estado que “mata a inovação e o progresso”, um “estado social-burocrático de direção central, gratuito e universal”.⁹ É muita coisa. Vejam só: além de ser um estado de *direção central* (!), ele é – talvez o pior de tudo – “gratuito e universal”. Chegámos ao que importa, porque o que os adversários do estado social não

⁷ Cito, mais uma vez, F. A. FONSECA, *ob. cit.* Comentando este trabalho de Fernando Adão da Fonseca, Gomes Canotilho afasta-se deste modelo de estado social, argumentando que ele “peca pela sua incapacidade de compreender que a liberdade não se reduz a garantir a *capacidade de mercado* de muitos, mas em assegurar a real liberdade de milhões”; que, “para haver liberdade de escolha, é preciso resolver um outro problema: o da igualdade” e ainda que “o *estado garantia dos mínimos* não resolve o problema da socialidade”, porque “o *minimalismo social* corre sempre o risco de reforçar as *desigualdades sociais* próximas da própria exclusão” (“Sobre os fundamentos..., *cit.*, 40).

⁸ Sobre a redescoberta do *inimigo interno* e os perigos do “friendly fascism” e do “fascismo de mercado”, ver o nosso **Neoliberalismo e Direitos Humanos**, nomeadamente o cap. VI.

⁹ Cfr. M. PINTO, “O peso..., *cit.* Outros chamam ao *estado garantia* “estado social regulador”, por oposição ao “estado social prestador”, a mais perigosa espécie do perigoso estado social, aquela em que o estado, em sentido lato, se assume como prestador de *serviços públicos à margem do mercado*. Cfr. F. V. SOUSA, *ob. cit.*, 15.

querem é precisamente um estado que ofereça um serviço nacional de saúde universal e gratuito para todos os que procuram os seus serviços e um sistema público de ensino universal e gratuito, argumentando, ‘dogmaticamente’, que este *estado social burocrático-totalitário e anti-social desresponsabiliza os cidadãos e mata a liberdade de escolha, que é condição sine qua non da dignidade humana.*

Outro ‘crime’ do estado providência é o que se traduz no enfraquecimento dos chamados “corpos sociais intermédios”. As lágrimas derramadas a este respeito parecem anunciar a saudade dos tempos em que, à falta de *direitos sociais*, a *caridade* era a única forma de assistência aos *pobrezinhos*.

Milton Friedman foi muito claro ao defender que o ‘crime’ em causa consiste no “declínio das atividades privadas de caridade”, ‘crime’ grave para quem defende que “a caridade privada dirigida para ajudar os menos afortunados” é “o mais desejável” de todos os meios para aliviar a pobreza e é “um exemplo do uso correcto da liberdade”.

O *Ayathola de Chicago* fez discípulos. Um deles (Ronald Reagan) chegou a Presidente dos EUA e, nesta qualidade, defendeu que “os programas sociais comportam a longo prazo o risco de frustrar os americanos na sua grande generosidade e espírito de caridade, que fazem parte da sua herança”.¹⁰ Tudo lógico: para não frustrar os americanos ricos que gostam de fazer caridade (talvez para ‘lavar’ os seus pecados e tentar ganhar o céu...), não se pode acabar com os pobres, objetivo ímpio do estado social. Era o que faltava! Invertendo uma expressão corrente no século XVIII, poderíamos dizer que a *abundância de pobres* faz a felicidade dos ricos na terra e permite-lhes ganhar um lugar no céu, como recompensa da sua “grande generosidade e espírito de caridade”.

Esta ‘filosofia’ tem, de resto, tradição nos EUA. Em 1931, em plena *Grande Depressão*, o Presidente Hoover defendeu, numa comunicação ao país, que a crise só poderia ser enfrentada através da,

Manutenção do espírito de ajuda mútua através de donativos voluntários. Isto é de infinita importância para o futuro da América. Nenhuma ação do estado, nenhuma doutrina económica, nenhum projeto ou plano económico – sustentava o Presidente dos EUA – pode substituir a responsabilidade que Deus impôs a cada homem e a cada mulher para com os seus vizinhos.¹¹

¹⁰ Citação colhida em H. ALLEG, *ob. cit.*, 107.

¹¹ *Apud* P. MATTICK, *ob. cit.*, 126/127.

É esta visão do mundo que alimenta as teses dos que criticam o estado social porque ele, como “instituição burocrática” que é, “não pode assegurar o essencial do que o homem sofre – todo o homem – tem necessidade: a amorosa dedicação pessoal”. Estou a citar a encíclica *Deus caritas est*, do Papa Bento XVI (25.12.2005), na interpretação que dela faz o atual bispo do Porto: “o Papa – escreve ele – refere-se aqui especialmente às atividades sócio-caritativas”.¹²

Tirando todas as consequências deste discurso, Milton Friedman defende abertamente, como vimos, a necessidade de “derrubar definitivamente o estado-providência”. Não são tão claros os (neo)liberais de hoje, embora se pressinta que desejam o mesmo que o seu mentor ideológico. Com efeito, se Friedman defende que os descontos obrigatórios para a segurança social são *um atentado contra a liberdade individual*, é frequente encontrar entre os neoliberais dos nossos dias quem defenda que “os custos indiretos do trabalho” (os descontos para a segurança social) “são um dos principais entraves ao crescimento do emprego e à integração social”.¹³ Perante este juízo tão severo, será difícil não concluir que também eles defendem a necessidade de destruir rapidamente o *estado providência prestador do serviço público de segurança social*, porque o consideram um estado *anti-social, inimigo das liberdades, um estado totalitário* gerador de *sociedades de escravos*. Um estado assim justifica a ‘guerra santa’ contra ele...

Estes neoliberais regressam, deste modo, ao velho mito individualista de que cabe a cada indivíduo (como seu *direito* e como seu *dever*) organizar a sua vida de modo a poder assumir, por si só, o *risco da existência* (o *risco da vida*) e acautelar a sua própria sobrevivência. E voltam as costas à cultura democrática e igualitária da época contemporânea, caracterizada não só pela afirmação da *igualdade civil e política* para todos, mas também pela busca da *redução das desigualdades* entre os indivíduos no plano económico e social, no âmbito de um objetivo mais amplo de libertar a sociedade e os seus membros da *necessidade* e do *risco*, objetivo que está na base dos sistemas públicos de segurança social.

Pela nossa parte, queremos deixar bem claro que somos contrários às ‘guerras santas’. E queremos sublinhar também que, quando aqui criticamos as soluções que assentam nas *atividades assistenciais* e na *caridade*, não estamos a criticar as pessoas ou as instituições que praticam a caridade.

¹² Cfr. Manuel CLEMENTE, *ob. cit.*, 42.

¹³ Cfr. A. A. ALVES, *ob. cit.*

O que criticamos é o *projeto político* que pretende destruir um estado que garante a *todos os cidadãos o direito* à saúde, o *direito* à educação e o *direito* à segurança social, em nome do *princípio da responsabilidade social coletiva* e do respeito devido à *dignidade* de cada pessoa, para o substituir por um qualquer tipo de *estado assistencial* ou *estado caritativo*, em que a caridade seja considerada “o mais desejável” de todos os meios para aliviar a pobreza e para preservar a liberdade e a dignidade das pessoas.

O que criticamos é o regresso à *caridadezinha*. O estado mata impiedosamente, a golpes de espada, os direitos inerentes ao sistema público de segurança social e promove depois, levantando piamente a cruz, as instituições de caridade, porque as *sopas dos pobres* (agora designadas pelo nome ‘técnico’ de *cantinas sociais...*) são fundamentais para ajudar os *pobrezinhos...*

Este programa político aponta para um projeto de sociedade que representa, a nosso ver, um *retrocesso civilizacional* inadmissível nos nossos dias. Recusamo-lo sem contemplações, plenamente convencidos de que não estamos, por isso, a ser “inimigos da liberdade” nem a negar a “verdadeira democracia”, antes estamos a defender uma sociedade digna do homem, uma sociedade democrática de homens livres.

10. – No contexto português e europeu, a crise atual tem servido de pretexto para atacar a escola pública e o serviço nacional de saúde. Mas talvez a cruzada mais violenta esteja a ser movida contra o sistema público de segurança social.

A equação sobre a sua pretensa insustentabilidade financeira tem origem nos dogmas da ideologia neoliberal, que, como vimos, Milton Friedman expôs com toda a clareza ao considerar o *princípio da responsabilidade social coletiva* como uma “doutrina essencialmente subversiva”, para concluir pela necessidade de destruir completamente o estado-providência.

Em conformidade com esta ideia, o Presidente do BCE, Mario Draghi, deixou há tempos cair esta pérola: “os europeus já não são suficientemente ricos para andarem a pagar a toda a gente para não trabalhar”.¹⁴ E se o desemprego é sempre

¹⁴ Entrevista ao *Wall Street Journal*, 24 de fevereiro de 2012.

É esta ‘filosofia’ que explica algumas situações arrepiantes que se vão tornando correntes nesta *europa civilizada*. Em Portugal, já há partidos que não se envergonham de propor que os desempregados (e os que recebem o rendimento social de inserção) sejam obrigados a prestar um *tributo social*, trabalhando dois ou três dias por semana no cumprimento de tarefas de interesse

desemprego voluntário, como também defende Milton Friedman, os subsídios de desemprego (bem como as demais prestações sociais) não passam de *subvenção à preguiça*. Conclusão: quem não quer trabalhar não tem nenhuns direitos e não deve ser pago para não trabalhar. E ponto final. Sentença do neoliberalismo.¹⁵

A ideologia dominante (muito influente mesmo nas fileiras da *social-democracia-europeia-gestora-leal-do-capitalismo*) entende hoje que, à luz da nova correlação de forças na economia e na sociedade, podem ser dispensadas as *soluções de compromisso* que conduziram ao *estado social* e o ‘legitimaram’ perante o próprio capital, que teve de aceitar que o *estado capitalista* mudasse de ‘máscara’: com o fascismo, tinha vestido a pele de lobo mau (o *estado fascista*); nas novas condições históricas decorrentes da Segunda Guerra Mundial, a correlação de forças ‘aconselhou’ a que o estado capitalista vestisse a pele de cordeiro (foi este o papel do *estado social*).

10.1. - Após a *contra-revolução neoliberal* e a consolidação da *ditadura do capital financeiro*, o capitalismo acentuou as desigualdades e condenou à extrema pobreza milhões de seres humanos, espalhando, como uma nódoa, a chaga da *exclusão social* (a “nadirificação do outro”, na expressão terrível do cineasta brasileiro Walter Salles), que é uma vergonha do tempo em que vivemos.

Muitos fiéis do (neo)liberalismo não deixam de nos explicar que as desigualdades, além de *naturais*, são uma coisa boa, uma condição indispensável do crescimento económico. O raciocínio é conhecido. Para que haja investimento novo, é necessário que haja poupanças e só os ‘ricos’ podem desempenhar este

social. Pretendem impor o que a OIT proíbe expressamente. São propostas que se filiam na ideia (liberal e neoliberal) de que o subsídio de desemprego e os subsídios que garantem o mínimo de subsistência (em homenagem à *dignidade humana*) *não são direitos*, mas *esmolas*. E os pobres que recebem uma esmola devem ser agradecidos (por este andar, talvez ainda venham, como no século XVIII, a considerá-los criminosos pelo simples facto de serem pobres...).

Na Hungria – um país da União Europeia! – já se avançou mais no caminho de regresso ao século XVIII: para receberem os respetivos subsídios (de montante inferior ao mínimo vital), os desempregados são obrigados a trabalhar em atividades indicadas pelo Ministério do Interior, sob vigilância policial (como se se tratasse de criminosos). Como é possível um país com tais leis pertencer à União Europeia, tão ciosa dos direitos humanos que, em nome deles, liderou a guerra contra a Líbia e se prepara para fazer a guerra à Síria e ao Irão? É possível, pela mesma razão que leva a ‘Europa’ a aplaudir o respeito pelos direitos humanos na Arábia Saudita, nos emiratos do Golfo e em outras pátrias ‘amigas’ dos direitos humanos...

¹⁵ Sobre a problemática do *desemprego voluntário*, ver o nosso *O Keynesianismo...*, cit., 109ss.

papel: arrecadar os lucros, poupar uma parte e investi-la, para criar riqueza, de que os 'pobres' irão também aproveitar.

Esta visão doutrinária 'legitimadora' do *capitalismo-civilização-das-desigualdades* permite compreender a crítica radical do neoliberalismo ao chamado *estado social* e, nomeadamente, aos sistemas públicos de segurança social. Nesta lógica, as *despesas sociais do estado*, para além de serem responsabilizadas pelos défices orçamentais registados em vários países, são também responsabilizadas pela quebra do ritmo de crescimento e conseqüente aumento do desemprego, porque os recursos financeiros que financiam o estado social são recursos 'roubados' ao investimento (i.é, à criação de riqueza).

Vários estudos, tomando como base a realidade dos EUA a partir dos Governos Reagan, mostram o carácter enganador e mistificatório destes 'argumentos'. Com efeito, os salários reais baixaram, os impostos sobre os rendimentos do trabalho aumentaram, as despesas sociais diminuíram, mas os défices orçamentais e a dívida pública cresceram aceleradamente, porque diminuíram os impostos sobre os rendimentos do capital e sobre os rendimentos mais elevados e cresceram assustadoramente as despesas militares (cujo peso não cessou de aumentar com as administrações democratas). A 'culpa' das dificuldades experimentadas pela economia e pela sociedade americanas cabe, pois, por inteiro, ao *Warfare State* e não ao raquítico *Welfare State* institucionalizado neste país.

Muitos outros estudos legitimam, por sua vez, a conclusão de que os países onde o estado social foi mais longe (alimentado por impostos sobre o rendimento com taxas progressivas e relativamente elevadas, incluindo os impostos sobre os rendimentos do capital) são países que registam taxas de crescimento do PIB elevadas e sustentadas e que apresentam o mais elevado nível de vida e de bem-estar social.

10.2. - À escala da UE, as dificuldades resultantes da crise têm sido aproveitadas como pretexto para tentar convencer-nos de que não é possível manter os 'privilégios' do estado-providência, nomeadamente os sistemas públicos de segurança social e o direito a um sistema público de saúde e a um sistema público de educação, universais e gratuitos. O 'argumento' mil vezes repetido em defesa da tese da insustentabilidade financeira dos sistemas públicos de segurança social

assenta na ideia de que se foi longe demais no nível das prestações asseguradas (os direitos económicos, sociais e culturais) e, sobretudo, na ideia de que as pessoas idosas são cada vez em maior número e o dinheiro não chega para tudo (contra ‘factos’ não há argumentos...).

É um ‘argumento’ que ofende a nossa sensibilidade. Porque o aumento da esperança de vida tem de ser afirmado e saudado como um ganho civilizacional e não considerado – como o fazem estes ‘inimigos da humanidade’ – como uma condenação, um fardo, uma praga, um pesadelo para a humanidade.¹⁶

É um ‘argumento’ que fere a nossa inteligência. Porque esquece uma das marcas essenciais do nosso tempo: os trabalhadores criam hoje muito mais riqueza do que em qualquer outro período da história, graças ao aumento explosivo dos ganhos da produtividade (a níveis que não eram sequer pensáveis há quarenta ou cinquenta anos), decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico e da sua rápida aplicação às atividades produtivas, fatores que fizeram do *conhecimento* o principal elemento produtivo e confirmaram definitivamente o trabalho (os trabalhadores) como elemento central do processo produtivo, como fonte e origem do valor acrescentado e da riqueza criada nas sociedades humanas.

O ataque ao estado social visto como um *privilégio dos trabalhadores* que os tempos atuais não comportam (os trabalhadores não podem viver acima das suas posses...) esquece que os trabalhadores descontam uma parte do seu salário para (juntamente com os descontos das entidades patronais) alimentar o sistema de segurança social que os protege em situações de doença, de desemprego ou na velhice. O estado não lhes dá nada: o estado limita-se a honrar a sua *dívida* para com os trabalhadores, *restituindo-lhes* apenas aquilo a que eles *têm direito*, porque pagaram antecipadamente as prestações que fundamentam este *direito*. Como se o estado fosse uma companhia de seguros, os trabalhadores pagam todos os meses (através de *descontos obrigatórios* por lei!) os prémios fixados. Por isso o

¹⁶ É arrepiante lermos as declarações de Alain Minc (conselheiro do Presidente Sarkozy) sobre o direito das pessoas idosas a aceder aos cuidados do sistema público de saúde. Relatando o caso do seu próprio pai, refere que ele esteve internado num serviço de ponta durante quinze dias, tendo gasto cem mil euros de dinheiros públicos. Escandalizado com este desperdício (para tratar de uma pessoa de 102 anos de idade), defende que têm de se repensar “as despesas médicas feitas com os muito velhos, indo buscar uma contribuição ao seu património ou ao dos seus herdeiros”. Esta história edificante é relatada por Serge Halimi no editorial de **Le Monde Diplomatique**, dezembro/2010. Mais recentemente, em Portugal, um chamado Conselho de Ética parece ter admitido o ‘acionamento’ de remédios em situações deste tipo. Realmente..., quem manda os velhos cometer o crime de viver muitos anos? Os que não têm património nem herdeiros, pois que morram, que não têm outro direito...

pagamento das pensões de reforma não é uma despesa pública (as receitas da Segurança Social resultam dos descontos dos trabalhadores e dos empregadores). O estado (o sistema público de segurança social) *transfere* para os beneficiários um rendimento a que estes *têm direito*, porque fizeram, ao longo de anos, a *poupança* que o justifica. Se o estado não efetuar essa *transferência de rendimento* no montante acordado (fixado por lei), não se comporta como pessoa de bem, comete um crime de burla, como um vulgar malfeitor. E põe em causa o *princípio da confiança*, que é um princípio fundamental do estado de direito democrático (sem ele e sem o respeito pelos direitos adquiridos, a propriedade privada fica indefesa...).

O discurso contra os *privilégios* dos trabalhadores decorrentes do estado social ‘esquece’ ainda outro aspeto importante desta problemática. Com efeito, fala-se muitas vezes de *salário indireto* para caracterizar a natureza das prestações sociais que concretizam direitos fundamentais dos trabalhadores. Se bem virmos, a contribuição das entidades patronais para a segurança social é apenas uma parte dos salários que não pagam aos trabalhadores, porque, em determinadas condições históricas, se concluiu que este sistema público era mais eficiente no que se refere à garantia de trabalhadores mais saudáveis, mais motivados, mais disponíveis (mais produtivos), pelo facto de saberem que estão cobertos os riscos (ou uma parte dos riscos) inerentes à sua condição de trabalhadores assalariados, de indivíduos que vivem do rendimento do seu trabalho.

Assim sendo, fica claro que são os trabalhadores que financiam, por inteiro, o sistema público de segurança social, porque todos os recursos financeiros que alimentam o sistema são, no fundo, uma parte da remuneração devida aos trabalhadores.

No que se refere a Portugal, começaremos por salientar que os impostos sobre os rendimentos do trabalho serem mais pesados do que os impostos que incidem sobre os rendimentos do capital (em percentagem do PIB: 1995 – 23% e 8,8%, respetivamente; 2007 – 25% e 10,9%; 2010 – 25,3% e 9,4%). A coberto da crise, os impostos pagos pelos trabalhadores aumentaram, apesar de os salários terem diminuído cerca de 4,5%.¹⁷

¹⁷ Cfr. Raquel VARELA, *ob. cit.*, 21ss e 119ss.

Vale a pena recordar, por outro lado, que o estado raramente transfere do orçamento de estado para o orçamento da segurança social as verbas (provenientes dos impostos) necessárias para financiar os regimes não contributivos.

É igualmente significativo o elevado montante das dívidas à segurança social (contribuições patronais não cobradas): em 2010, estas dívidas atingiam um montante superior a sete mil milhões de euros, dos quais terão prescrito, nesse ano, quase 1.500 milhões de euros. É um escândalo permitido pelos sucessivos governos que não têm querido pôr de pé um sistema eficaz de combate à evasão e à fraude em matéria de contribuições para a segurança social.¹⁸

Não podemos esquecer também os vários estratégias que vêm sendo utilizados para conseguir que sejam os orçamentos do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e da Segurança Social a financiar os negócios privados na área da saúde, uns expressamente previstos na lei para garantir isso mesmo, outros igualmente fraudulentos mas sem cobertura legal. Basta ter em mente os centros de diagnóstico radiológico e os laboratórios de análises clínicas (pagos em grande parte com dinheiros da ADSE – Assistência na Doença aos Servidores do Estado), bem como os centros privados de tratamento por hemodiálise (controlados por duas grandes multinacionais, representam 85% deste setor, inteiramente pago por verbas do SNS ou da ADSE).

Talvez mais importante, em termos financeiros, é o financiamento feito pelo SNS dos tratamentos de grande parte das doenças profissionais e dos acidentes de trabalho que as seguradoras se recusam a assumir invocando não se tratar de doenças profissionais e de acidentes de trabalho. A verdade é que o estado português (SNS e Segurança Social) quase nunca se constitui assistente nos processos judiciais que os trabalhadores intentam para defender os seus direitos. Muitas vezes, os tribunais dão razão aos trabalhadores nas ações intentadas por estes, mas o SNS não vai exigir às seguradoras o pagamento dos tratamentos resultantes daquelas doenças ou daqueles acidentes. A mesma atitude passiva é adotada pela Segurança Social, que nada faz para recuperar o dinheiro pago pelos dias de baixa provocada por doenças profissionais ou por acidentes de trabalho, que

¹⁸ Segundo os jornais (**Diário Económico**, 21.5.2012), o governo apresentou o montante da “dívida ativa” à segurança social no valor de 2.600 milhões de euros, o que significa que o governo terá anulado administrativamente mais de 5 mil milhões de euros dessa dívida, que, em 2012, deve ter chegado a oito mil milhões de euros (uma cifra que o governo tudo faz para esconder). Uma bela maneira de aliviar as dificuldades de um sistema financeiramente insustentável.

são da responsabilidade das seguradoras. São muitos milhões de euros que saem do orçamento do estado e do orçamento da Segurança Social para alimentar ganhos privados em vez de financiarem o estado social. Para os neoliberais, este estado é que é bom. E quanto mais ‘gordo’ melhor...

É importante salientar, por fim, que, apesar da crise e do desemprego (que reduzem as receitas das contribuições dos trabalhadores e das entidades patronais e aumenta o volume das prestações sociais, nomeadamente os subsídios de desemprego), a situação financeira do sistema público de segurança social é muito melhor do que a do estado como um todo e muito melhor do que a da banca (e não recebeu os milhões que esta recebeu!). Apesar dos maus tratos a que tem sido sujeito, o sistema público de segurança social conta, aliás, com um fundo de estabilização de onze mil milhões de euros.

Num momento em que tanto se agita a ideia de que é impossível manter o estado social em Portugal (daí a necessidade da tal *refundação do estado* que o governo inventou), temos de ter a consciência de que esta problemática deve ser encarada com o recurso a soluções de maior fôlego.

Condição essencial para que os trabalhadores consigam financiar o seu sistema público de segurança social é uma política global que garanta o aproveitamento de todos os recursos disponíveis, que promova o crescimento sustentado, que assegure políticas ativas de pleno emprego, que promova a melhoria dos salários, que subordine o poder económico ao poder político democrático. O que significa que é preciso enterrar de vez o neoliberalismo e levar à prática o programa constitucional.

Nesta ótica, é também indispensável modificar radicalmente o sistema de financiamento da segurança social, adotando medidas que relacionem os descontos patronais para a segurança social com o valor acrescentado líquido das empresas (o volume de negócios, ou a massa dos lucros) e não apenas com o número de trabalhadores empregados. Esta a solução séria para ter em conta a realidade das atuais *economias do conhecimento*, que utilizam tecnologias pouco intensivas em mão-de-obra. Este método permitirá alargar a base de incidência das contribuições patronais para a segurança social e aumentar as respetivas receitas, aliviando ao

mesmo tempo os encargos que incidem sobre as pequenas e médias empresas (as que empregam mais trabalhadores).¹⁹

10.3. - Os ganhos de produtividade têm servido, historicamente, para ajudar a libertar o homem trabalhador. Nesta nossa sociedade do conhecimento, da ciência e da técnica não faz sentido que os enormes ganhos da produtividade do trabalho sirvam para engordar os lucros do capital e não para melhorar a qualidade de vida das pessoas. É uma questão de inteligência. É uma questão de humanidade.

E, como não poderia deixar de ser, vários estudos de índole universitária têm vindo a desmascarar a tese da inviabilidade financeira do estado social.

Alguns destes estudos podem ver-se num livro coordenado por Raquel Varela, onde se procura mostrar, com base em dados oficiais (mesmo deixando de lado alguns pagamentos feitos pelos trabalhadores ao estado – taxas moderadoras no SNS, taxas de frequência do ensino superior público, multas, etc.), que “o estado-providência é autofinanciado pelos trabalhadores, podendo ter saldo positivo ou negativo, conforme os casos” e que “uma boa parte dos recursos dos trabalhadores investidos na segurança social está a ser apropriada pelo capital.”²⁰

Já em 2013, um Professor da Faculdade de Economia de Coimbra, Pedro Nogueira Ramos, veio mostrar, em linguagem simples e serena, que não é necessário ‘torturar’ os números para extrair deles as verdades que eles contêm e que entram pelos olhos dentro.²¹

A leitura deste livro não deixa a mínima dúvida nos leitores: os sistemas públicos de segurança social não estão condenados por uma qualquer terrível “fatalidade demográfica”, traduzida no aumento dos anos de vida das pessoas, no aumento do número de idosos (pessoas com mais de 65 anos) e no aumento do peso dos idosos relativamente à população ativa.²²

O argumento decisivo de Nogueira Ramos – fundamentado nos estudos e nas previsões do INE e da ONU – é, obviamente, o de que o (enorme) aumento da produtividade resultante da revolução científica e tecnológica e da mais avançada

¹⁹ Se esta metodologia de cálculo fosse adotada, não se verificaria o absurdo de as contribuições da EDP - Eletricidade De Portugal (por exemplo) representarem apenas 5% do seu valor acrescentado líquido, enquanto as contribuições das empresas têxteis absorvem cerca de 15% do valor acrescentado líquido do setor.

²⁰ Cfr. Raquel VARELA, *ob. cit.*, 66/67.

²¹ Cfr. P. N. RAMOS, *ob. cit.*

²² Cfr. P. N. RAMOS, *ob. cit.*, cap. 6, 145ss.

qualificação acadêmica e preparação profissional de trabalhadores e empresários compensa amplamente as consequências do aumento (não tão acentuado como se apregoa...) do número de *inativos* em confronto com os *ativos*.

É claro que todos os *inativos* (jovens em idade escolar, pessoas incapazes de trabalhar, desempregados e idosos) têm que ser sustentados pela riqueza criada pelos *trabalhadores no ativo* (aqueles que exercem uma atividade produtiva). Mas a capacidade destes para criar riqueza (por pessoa ocupada, por hora de trabalho, etc.) tem crescido muitíssimo mais do que o número de *inativos* e todas as previsões apontam no sentido de que este aumento da produtividade não vai abrandar, continuando a crescer muito mais rapidamente do que o número de *inativos*. É por esta razão que o *produto por habitante* tem aumentado e vai continuar a aumentar, o que significa que cada habitante do nosso planeta (e, por maioria de razão, cada habitante dos países mais desenvolvidos) dispõe atualmente – e continuará a dispor, tanto quanto é possível antecipar o futuro – de muito mais riqueza para satisfazer as suas necessidades do que em qualquer outro período da história. Produzimos hoje riqueza suficiente para que possamos *todos* viver uma vida digna. O problema reside em utilizar essa riqueza corretamente, ao serviço dos homens e não ao serviço do grande capital financeiro.

Os jovens são hoje *inativos* durante mais tempo porque aumentou o número de anos de escolaridade obrigatória e o número de anos ‘investidos’ na qualificação acadêmica e profissional dos jovens. E esta é uma evolução positiva, além do mais porque contribui fortemente para o aumento da produtividade do trabalho. Acontece que, em muitos países (Portugal é um deles), o número destes *inativos* (e a percentagem que eles representam no conjunto da população) tem diminuído, porque a taxa de natalidade é mais baixa do que no passado.

As pessoas vivem hoje mais anos, o que significa que o número de idosos (pessoas com mais de 65 anos), bem como a percentagem da população idosa na população total têm aumentado em muitos países (entre os quais Portugal). No entanto, se tivermos em conta a diminuição do número (e do peso) dos *inativos jovens*, o aumento do número dos incluídos nestas duas categorias de *inativos* tem sido e continuará a ser relativamente reduzido.

Mas há um fator essencial a ter em conta nesta ‘contabilidade’: o aumento da esperança de vida e o aumento efetivo do número de anos de vida das pessoas

traduz uma *conquista civilizacional*, não podendo admitir-se o discurso (verdadeiro crime contra a humanidade) dos que pretendem ‘condenar’ os idosos (porque *inativos*) como responsáveis por todos os males do mundo, justificando não se sabe que penas contra eles.

A única forma de inatividade verdadeiramente perigosa para a sustentabilidade dos sistemas públicos de segurança social é, pois, a que resulta das situações de desemprego. É indispensável, por isso mesmo, pôr de lado com urgência as políticas que, em vez de combaterem o desemprego, *combatem os desempregados* e empobrecem as populações, destruindo a economia, para provocar mais desemprego, salários mais baixos e um nível insuportável de pobreza, colocando ao estado social (descapitalizado pela quebra das receitas por força da recessão e do desemprego) problemas que ele não pode resolver se a economia continuar a andar para trás.

Fica a nu a insustentabilidade do discurso ideológico de todos quantos, sabendo muito bem que “os números, se torturados, dirão o que o seu carrasco mandar”²³, manipulam as estatísticas para extrair delas (contra os números, não há argumentos...) as conclusões favoráveis aos interesses do capital.

Analisando as estatísticas, Nogueira Ramos destrói a mentira da inviabilidade financeira do estado social como resultado ‘inevitável’ do aumento do número de idosos.

Cai por terra a monstruosa construção que vem apresentando os idosos como ‘exploradores’ dos jovens, obrigados a pagar os *privilégios* daqueles quando se ‘sabe’ – proclamam as aves agoirentas – que os jovens de hoje não irão gozar amanhã dos *privilégios* de que gozam hoje os seus pais e avós (que maldição poderá justificar esta ‘fatalidade’, perante os ganhos extraordinários da revolução científica e tecnológica?).

Cai por terra o discurso *irracional e desumano* (um discurso que revela bem a *natureza totalitária da ideologia neoliberal* e evidencia os perigos do *fascismo de mercado*) sobre o *conflito de gerações* resultante da *quebra de equidade geracional* que se diz inerente ao estado social (em especial aos sistemas públicos de segurança social assentes na lógica da solidariedade e da distribuição). Um discurso monstruoso, que instrumentaliza jovens e idosos, que faz dos pais e dos avós os

²³ Cfr. P. N. RAMOS, *ob. cit.*, 172.

inimigos dos filhos e dos netos, apenas para servir os interesses e a cupidez do grande capital financeiro, que quer ganhar muito dinheiro sem produzir riqueza nenhuma, expropriando uma parte crescente da riqueza criada pelos trabalhadores dos setores produtivos, onde se cria a riqueza.

10.4. - Iniciámos este texto tentando explicar as origens e a natureza do estado social. Apesar da leitura que dele fazemos numa perspetiva histórica, queremos deixar claro que, em nossa opinião, a luta pela democracia passa hoje pela defesa do estado social.

Porque, nas condições do nosso tempo, a democracia real não pode deixar de contemplar a democracia económica e social. Porque os direitos associados ao estado social não foram concessões dos 'deuses' do capital, foram direitos conquistados, um a um, ao longo de décadas e décadas de lutas dos trabalhadores e das suas organizações de classe. Não temos que abdicar deles. Temos o dever de os defender e o dever de trabalhar para acrescentar mais direitos aos direitos que hoje temos.

É fundamental, porém, não esquecermos as origens e a natureza do estado social para podermos compreender, em toda a sua plenitude, o que está a acontecer nos dias de hoje. A verdade é que o *estado social* surgiu como uma *solução de compromisso*, num tempo em que a correlação de forças não era particularmente favorável ao capital.

Condenada a Primeira Guerra Mundial como *guerra imperialista*, fruto das contradições e das lutas de interesses entre as grandes potências imperialistas, do seu bojo saiu a *Revolução de Outubro*, que teve um acolhimento entusiástico em vários países europeus. Poucos anos depois, a Grande Depressão quase levou à destruição do capitalismo. Muitos compreenderam que o capitalismo tinha de mudar alguma coisa para poder sobreviver, ideia que se acentuou, nos anos imediatamente a seguir à Segunda Guerra Mundial, com os êxitos da União Soviética e a constituição da comunidade socialista na Europa. No quadro da *guerra fria*, as lutas dos trabalhadores e das suas organizações, no plano político e no plano sindical, aconselharam o grande capital a assumir o *espírito de compromisso* em que assentou a construção do estado social, até porque os estados capitalistas

precisavam da ‘compreensão’ de uma parte dos trabalhadores relativamente à cruzada anti-comunista.

Como todas as *soluções de compromisso*, aquela de que estamos a falar só se mantém de pé enquanto se mantiverem as condições históricas que justificaram o *compromisso*. Ora a verdade é que, com a vitória da contra-revolução neoliberal e da consolidação da hegemonia do grande capital financeiro, a correlação de forças entre o capital e o trabalho sofreu uma profunda alteração em sentido favorável ao capital, evolução favorecida pelo desaparecimento da URSS e da comunidade socialista europeia e mundial.

O grande capital voltou a acreditar que o capitalismo é eterno e que não tem de pagar o preço do *compromisso* traduzido no *estado social*. O ‘diálogo’ entre os chamados *parceiros sociais* é cada vez mais uma farsa (o exemplo português é particularmente elucidativo). Os atuais *gestores do capitalismo* entendem que o tempo do compromisso se esgotou. Por isso é que as instituições internacionais ao serviço do capital (FMI, Banco Mundial, etc.), a UE e os vários estados nacionais (com governos conservadores ou sociais-democratas) têm promovido e praticado políticas que minam os alicerces do estado social, nomeadamente a institucionalização da liberdade absoluta de atuação das instituições financeiras, da liberdade de circulação do capital e da independência dos bancos centrais, as privatizações (incluindo os serviços públicos e os tradicionais monopólios estatais, substituídos por monopólios privados), os ataques à contratação coletiva, a ‘flexibilização’ da legislação laboral, a facilitação dos despedimentos, a precarização das relações de trabalho, a anulação dos direitos dos trabalhadores e o apoio às instituições de assistência e de caridade (como no século XVIII, privados dos seus *direitos*, os trabalhadores são obrigados a estender a mão à *caridade*).

O objetivo último é o destruir todo o tecido em que assentou o *compromisso político e social* das décadas de 1940-1970, porque nada, aos olhos do grande capital e dos gestores leais do capitalismo, justifica a manutenção das *imperfeições* que foram introduzidas no sistema de mercado em sentido favorável aos trabalhadores. O que está na moda, especialmente depois da substituição do *Consenso Keynesiano* pelo *Consenso de Washington*, são as *imperfeições* que conduziram ao *capitalismo sem risco*, ao *capitalismo sem falências* (os bancos não podem falir, nomeadamente os que são *too big to fail*), as *imperfeições* que

implantaram e consolidaram a hegemonia do grande capital financeiro, que deu corpo ao *capitalismo do crime sistémico*, garantindo a proteção dos *gestores leais do capitalismo* mesmo quando se trata de verdadeiros crimes económicos contra a humanidade (como escreveu *The Economist*, eles são *too big to jail...*).

O estado social está ameaçado porque este capitalismo violento e repressivo e o estado ao seu serviço está apostado na sua liquidação. O estado social é inviável porque o grande capital financeiro quer destruí-lo, porque a palavra de ordem meticulosamente executada desde há três décadas, em obediência ao dogma neoliberal, é, claramente, a de “derrubar definitivamente o estado-providência”.

E, se esta leitura é correta, parece óbvio que a luta ideológica e as lutas sociais desenvolvidas pelos movimentos que defendem os interesses dos trabalhadores têm de assumir novas formas, atacando as liberdades do capital para valorizar a liberdade das pessoas, apostando decididamente no controlo do poder económico-financeiro pelo poder político democrático, que deve controlar a poupança nacional e o destino do investimento e deve ocupar posições de relevo nos setores estratégicos da atividade produtiva e que deve investir a sério no desenvolvimento científico e tecnológico, valorizando os trabalhadores, para que todos possam ver efetivamente garantidos os seus direitos fundamentais (educação, saúde, habitação, segurança social), num mundo de paz e cooperação. Este o caminho da libertação do homem.

À escala europeia, é claro que para mudar as políticas adotadas por todos os que se submetem às imposições das *troikas*, cumprindo a agenda política definida pelo grande capital financeiro, é necessário mudar a ‘Europa’.

A presente crise do capitalismo tem evidenciado as debilidades e as contradições de um sistema económico e social que não vive sem situações recorrentes de desemprego e destruição do capital em excesso e cuja sobrevivência exige hoje o crescente agravamento da exploração de quem vive do seu trabalho, para tentar contornar os efeitos da tendência para a baixa da taxa de lucro e para tentar satisfazer as *rendas* de que vive o grande capital financeiro. A discussão sobre o *fim do estado social* – que a crise tem dramatizado – talvez nos ajude a perceber a urgência de colocar em primeiro plano a construção de uma alternativa socialista a este *capitalismo do crime sistémico*.²⁴

²⁴ A greve geral decretada simultaneamente em seis países da UE (Portugal, Espanha, Itália, Grécia, Chipre e Malta) no dia 14.11.2012, com manifestações de solidariedade organizadas pelo movimento sindical em outros países (França, Bélgica, etc.) pode ser um primeiro momento de um processo de

11. - Há mais de cinquenta anos o argentino Raúl Prebisch (o primeiro Presidente da *Comissão Económica para a América Latina*) avisou que as soluções liberais só podem concretizar-se *manu militari*.

No início dos anos 1980 foi o insuspeito Paul Samuelson quem chamou a atenção para os perigos do “fascismo de mercado”. E em 1981 Beltram Gross escreveu um livro sobre o “fascismo amigável”.

Mais recentemente e tendo a *crise* como pano de fundo, Michel Rocard observou que, “no estado de exasperação em que este povo [o povo grego] se vai encontrar, é duvidoso que qualquer governo grego possa manter-se sem o apoio do exército. Esta triste reflexão é sem dúvida válida para Portugal ou para outros países maiores”. E pergunta: “Até onde iremos?”²⁵

Se os governos só se mantêm com o apoio do exército, é claro que a democracia está em perigo. Matou-se a *Europa social* e esta *Europa do capital* é, cada vez mais, uma Europa marcada por desigualdades intoleráveis, geradas por políticas que buscam a *injustiça social* ou a aceitam como algo natural e talvez até desejável. Amartya Sen tem insistido neste ponto: sem justiça social não há democracia. E Paul Krugman recordava, em finais de 2011, que a democracia está em perigo, “uma vez que a concentração extrema do rendimento [que, segundo o autor, caracteriza as nossas sociedades] é incompatível com a democracia real”.²⁶

Os perigos do “golpe de mercado” a que se refere Federico Mayor Zaragoza são a consequência das políticas prosseguidas por todos aqueles que “aceitaram, em certo momento histórico, substituir os princípios democráticos pelas leis do mercado”.²⁷

Pode estar em perigo também a paz na Europa, já sobressaltada com a guerra nos Balcãs, com a guerra no Iraque, e na Líbia, e na Síria, com a guerra contra o

tomada de consciência desta nova realidade. O movimento sindical reformista tem de compreender que o espírito de compromisso assente no diálogo entre parceiros sociais foi claramente abandonado pelas organizações representativas do capital e pelo estado capitalista, não fazendo qualquer sentido que os trabalhadores continuem a acreditar em tal compromisso. Reflexão de sentido semelhante deve ser feita pela social-democracia europeia se quiser compreender os novos rumos da história e quiser libertar-se dos seus próprios compromissos com a *gestão leal do capitalismo* e com a ideologia e as políticas neoliberais.

²⁵ Cf. *Le Monde*, 4.10. 2011.

²⁶ *New York Times*, 7.11.2011.

²⁷ As reflexões do antigo Diretor-Geral da UNESCO e atual Presidente da Fundación Cultura de Paz podem ver-se em <http://www.other-news.info/noticias/> (dez/2012).

povo palestino, vítima dos interesses imperialistas e da hipocrisia da diplomacia internacional.

Na verdade, é de ‘guerra’ que se trata quando os estados mais fortes e mais ricos da Europa humilham os povos dos países mais débeis, ‘castigando-os’ em público com ‘penas infamantes’ e condenando-os a um verdadeiro *retrocesso civilizacional* em nome da *verdade* dos ‘catecismos’ neoliberais impostos pelo grande capital financeiro. A aprovação do chamado *Tratado Orçamental* (março/2012) constituiu um verdadeiro “golpe de estado europeu”, que, sob a capa de soluções ‘técnicas’, dá corpo a uma visão totalitária que suprime o que resta das soberanias nacionais, ignora a igualdade entre os estados-membros da UE, ofende a dignidade dos chamados ‘povos do sul’ e dos seus estados, e aponta para a *colonização* dos pequenos países pelos grandes.

Todos temos a consciência de que nos estamos a afastar da *democracia real*. Por isso, é uma boa pergunta, a de Rocard: “Até onde iremos?” Até onde nos leva o fanatismo suicidário que está a destruir a economia europeia e a empobrecer os povos da Europa, em obediência ao catecismo neoliberal que ignora as pessoas e tudo sacrifica aos interesses do grande capital financeiro que surge cada vez mais como o grande responsável pela crise e como o centro de comando do *crime sistémico* que tomou conta do mundo capitalista?

Quem não esquece as lições da história não pode ignorar que a ascensão do nazismo – e a barbárie que ele trouxe consigo – está intimamente ligada à forte depressão e aos elevados níveis de desemprego que marcaram a sociedade alemã no início da década de 1930, mais violentamente do que em outros países da Europa, também em resultado das políticas contracionistas e deflacionistas levadas a cabo pelo governo conservador de Heinrich Brüning.

Em 1943, Michael Kalecki formulou este diagnóstico: “O sistema fascista começa com o desenvolvimento do desemprego, desenvolve-se no quadro da escassez de uma ‘economia de armamento’ e termina inevitavelmente na guerra”.²⁸ Perante a chaga social do desemprego em massa que assola a Europa, tudo aconselha a que levemos muito a sério o aviso de Paul Krugman: “Seria uma insensatez minimizar os perigos que uma recessão prolongada coloca aos valores e

²⁸ *Ob. cit.*, 426.

às instituições da democracia”.²⁹ A persistência nas políticas da UE (disfarçada de *troika* ou atuando como tal ou como BCE) que estão a arruinar a economia dos ‘países do sul’ (semeando a recessão dentro deles próprios) e a insolência com que os governantes dos ‘países do norte’ vêm enxovalhando a dignidade dos ‘países do sul’ e vêm minando a sua soberania têm todas as características de uma verdadeira guerra. Jean-Claude Juncker (Primeiro-Ministro do Luxemburgo e até há pouco Presidente do Eurogrupo) tem toda a razão quando diz que “está completamente enganado quem acredita que a questão da guerra e da paz na Europa não pode voltar a ocorrer. Os demónios não desapareceram, estão apenas a dormir, como mostraram as guerras na Bósnia e no Kosovo”.³⁰

Quem conhece um pouco da história sabe que a democracia não pode considerar-se nunca uma conquista definitiva. As ameaças à democracia podem vir de onde menos se espera. É preciso, por isso, lutar por ela todos os dias, combatendo os dogmas e as estruturas neoliberais próprios do capitalismo dos nossos dias, porque este é, essencialmente, um combate pela democracia.

12. - O Grupo de Reflexão constituído no âmbito do Conselho Europeu e presidido por Felipe González concluiu em 2010 que, “pela primeira vez na história recente da Europa, exista um temor generalizado de que as crianças de hoje terão uma situação menos confortável do que a geração dos seus pais”.³¹ Nesta Europa à deriva, empobrecida e humilhada, talvez só o que resta do estado-providência permita explicar que o Velho Continente vá sobrevivendo, até hoje, sem graves convulsões sociais, apesar do desemprego crescente, do aumento do número de pobres (e de *pobres que trabalham*), da redução dos salários e dos direitos dos trabalhadores, do agravamento das desigualdades.

O empenhamento cego de todos os servidores do neoliberalismo e de todos os crentes do *deus-mercado* em anular por completo os direitos que os trabalhadores europeus foram conquistando ao longo dos quase duzentos e cinquenta anos que levam de capitalismo (e de lutas contra ele) lembra a história trágica do aprendiz de feiticeiro. Estará a Europa condenada a deixar-se imolar de novo pelo fogo ateados

²⁹ Cfr. *Acabem...*, cit., 31.

³⁰ Entrevista a *Der Spiegel*, 10.3.2013.

³¹ *Diário Económico*, 10.5.2010, 3.

pelos interesses imperialistas? Oxalá esta não passe de uma simples hipótese teórica.

Mas o *estado capitalista* aí está, disposto, como sempre, a fazer o que for necessário para cumprir a sua missão de sempre: defender “os interesses dos ricos contra os pobres, os interesses dos que têm alguma coisa contra os que não têm coisa nenhuma” (Adam Smith). E ele, bem o sabemos, tem feito coisas horríveis.

Independentemente da aceitação ou rejeição das teses que entendem que a *Grande Depressão* de 1929-1933 só foi ultrapassada graças à guerra, é inegável que o mundo se viu mergulhado, após ela, num período de guerras: a 2ª Guerra Mundial e várias guerras posteriores, mais ou menos mundiais, que marcaram o período da *guerra fria*.

Esperemos que não se repita a barbárie a que o capitalismo, acossado pelo vendaval da Grande Depressão, submeteu a Humanidade. A verdade é que o reforço do orçamento militar dos EUA (700 a 800 mil milhões de dólares por ano durante o período da Administração Obama) não tem conseguido reanimar a economia, que, em finais de 2012, continua a ‘produzir’ 23 milhões de desempregados.

Isto porque – defendem os especialistas –, nas condições atuais, dada a dimensão do orçamento militar americano (muito diferente do escasso volume de despesas militares dos EUA antes do início da Segunda Guerra Mundial e da entrada direta dos EUA no conflito), não é viável um grande aumento em termos percentuais, o que poderá significar que não é através das despesas militares que o aumento da despesa pública pode contribuir para a recuperação económica e para a criação de emprego.

Acresce que o material militar mobiliza hoje tecnologias altamente sofisticadas (muito mais evoluídas dos que as utilizadas no último conflito mundial e durante a guerra fria), pelo que a sua produção não carece de muita mão-de-obra e a sua utilização nos palcos de guerra não exige grandes efetivos militares. Os mísseis, os aviões não tripulados, os navios robots, os satélites telecomandados e os radares fazem o trabalho por si, contabilizando-se nos cinicamente chamados *efeitos colaterais* as centenas de milhares de mortos civis e a destruição de riqueza provocados por estes instrumentos de guerra.

Não podemos esquecer que o período da *segunda onda de globalização* (1870-1914), que Lenine caracterizou como a fase do *imperialismo*, terminou com duas guerras mundiais provocadas por conflitos inter-imperialistas. E a situação atual, no quadro desta *terceira onda de globalização* que se iniciou nos meados dos anos setenta do século XX, apresenta semelhanças estruturais com o período analisado por Lenine:

a) no que toca ao desenvolvimento científico e tecnológico (revolução dos conhecimentos e das tecnologias relativas à informática, às telecomunicações, aos transportes, que tornam o mundo mais pequeno e provocam a ampliação e a unificação do mercado);

b) no que se refere aos movimentos de capitais, à predominância do capital financeiro sobre o capital produtivo, à concentração empresarial, à ‘ocupação’ do mundo pelas grandes potências capitalistas (com as multinacionais na primeira linha, mas com a força militar sempre presente, como realidade ou como ameaça) e à coordenação bastante centralizada dos negócios do capital (FMI, Banco Mundial, OMC, G8, G20, Comissão Trilateral, *Forum* de Davos...);

c) no que respeita à exportação de capitais: em 1904 o total de ativos financeiros em circulação correspondia a 20% do PIB mundial e a quase 60% do PIB dos países capitalistas dominantes e exportadores de capitais; de 1970 até aos nossos dias, a exportação de capitais, através do investimento direto estrangeiro, aumentou exponencialmente: de cerca de 30 mil milhões de dólares na década de 1970 para cerca de 850 mil milhões de dólares no início do terceiro milénio.³²

Para além deste paralelismo, não faltam outros sinais preocupantes.

A NATO, que, no tempo da ‘guerra fria’ se dizia ser necessária para defender o ‘mundo livre’ da ameaça do Pacto de Varsóvia (constituído, aliás, seis anos depois da NATO...), e que, de todo o modo, como o nome indica, se devia ocupar do Atlântico Norte, integrou o Mediterrâneo no Atlântico Norte e alargou o Atlântico Norte até ao Afeganistão, talvez para não ‘perder o emprego’, porque, entretanto, o Pacto de Varsóvia desapareceu.

Transformada sem qualquer disfarce em instrumento de domínio imperialista à escala global, a NATO vem atuando à margem do Direito Internacional, por

³² Cfr. P. CARVALHO, *ob. cit.*, 52/53.

imposição dos EUA, com a cumplicidade da União Europeia e perante a impotência da ONU.

Uma *Comissão Independente para a Investigação dos Crimes de Guerra dos Estados Unidos e da NATO contra o Povo da Jugoslávia* – presidida pelo antigo Secretário da Justiça dos EUA, Ramsey Clark – publicou há tempos um Relatório em que acusa abertamente a NATO e os seus dirigentes máximos de verdadeiros crimes contra a Humanidade. Crimes que vão ficar impunes, porque o Tribunal Penal Internacional não julga criminosos de nacionalidade americana nem outros criminosos oriundos de ‘tribos’ amigas.

Em finais de maio/2010, o Presidente da Alemanha foi obrigado a renunciar ao cargo porque, numa intervenção pública, revelou que os militares alemães combatiam no Afeganistão e em outros palcos para defender os interesses da Alemanha como potência económica dependente das exportações, em especial “para defender rotas comerciais ou impedir focos de instabilidade regional, que seguramente teriam impacte negativo no comércio, nos postos de trabalho e nos rendimentos [dos alemães]”.

O Presidente Horst Köhler não disse nenhuma inverdade, mas cometeu a imprudência (o ‘crime’) de ter dito a verdade, tornando claro, além do mais, que a política externa da Alemanha não respeita os normativos constitucionais. Os partidos do ‘arco do poder’ não perdoaram o deslize do Presidente, que foi obrigado a renunciar ao cargo.

Acresce que o carácter predador do crescimento económico capitalista tem vindo a provocar a escassez (não reversível) de bens essenciais à vida (a água, os solos, as florestas), mas também de matérias-primas e de produtos energéticos (petróleo e gás natural). E este fenómeno, que produziu já um surto especulativo sobre produtos alimentares (em especial dos que podem ser usados na produção de biodiesel), matérias-primas e petróleo (com o perigoso aumento dos respetivos preços, no início de 2008), tem vindo a acentuar a pressão com vista ao controlo dos países do Médio Oriente (daí a guerra contra o Iraque e contra a Líbia) e das rotas de transporte do petróleo e do gás natural, num quadro em que afloram por vezes contradições potencialmente explosivas entre as potências dominantes.

Após o *tsunami* que tão duramente atingiu o Japão, a questão energética e os conflitos a ela associados vão ganhar ainda mais importância, perante a visibilidade

acrescida dos riscos da solução nuclear e o abandono das centrais nucleares (caso da Alemanha e, provavelmente, também do Japão).

Os países africanos produtores de matérias-primas estratégicas (para a indústria militar, para as telecomunicações) e todos os que se encontram nestas circunstâncias estão a ser especialmente ‘marcados’ pelos EUA e pelos seus aliados/concorrentes. Eles são alvos potenciais da agressão militar do imperialismo.

Os círculos dirigentes dos EUA parecem acreditar na ideia de que, na síntese de um almirante americano, é “do melhor interesse dos Estados Unidos ter um grande inimigo”, qual papão inventado para justificar, junto da opinião pública, a militarização da economia e da política americanas e o eventual recurso à guerra contra tal ‘inimigo’.³³ *Grande inimigo* poderá ser o Irão? Ou terá que ser a China, que é hoje o maior credor dos EUA (cuja dívida se aproxima de um valor igual ao do PIB norte-americano)? A verdade é que os EUA, por vezes instrumentalizando a NATO, vêm procurando estabelecer ou consolidar parcerias estratégicas com a Rússia, com o Japão, com a Índia, com o Paquistão, com a Indonésia, com as Filipinas, com a Austrália. Em novembro de 2011 Obama tornou público, na Austrália, que a primeira prioridade dos EUA é hoje o reforço da presença e do poder militar americano na zona da Ásia-Pacífico, ao mesmo tempo que anunciou a criação de uma base militar permanente em Darwin, no norte do continente australiano.³⁴

³³ Citação colhida em I. MÉSZÁROS, *O Século XXI*, cit., 67.

³⁴ Dão que pensar as informações e reflexões publicadas recentemente por Paul Craig ROBERTS (http://www.paucraigroberts.org/2012/07/08/the_collapsing_us_economy_end_world). Este antigo membro da Administração Ronald Reagan fala diretamente da possibilidade de um confronto militar dos EUA com a Rússia e a China, em resultado da “ambição americana de hegemonia mundial”. “Washington tem estado em guerra desde outubro de 2001, quando o presidente G. W. Bush cozinhou um pretexto para ordenar a invasão do Afeganistão, (...) e cozinhou novo pretexto para ordenar a invasão do Iraque em 2003”. Para além disso, os EUA “conduzem operações militares à margem do direito internacional no Paquistão, no Iémen e na África, organizaram a destituição do Governo da Líbia através de um conflito armado, trabalham na destituição do Governo sírio e continuam a acumular forças militares contra o Irão”.

P. C. Roberts chama também a atenção para outros projetos imperialistas, ainda mais graves do que acabados de referir: “Washington começou a cercar a Rússia de bases militares e iniciou o cerco à China, (...) anunciou que o grosso das suas forças navais será desviado para o Pacífico nos próximos anos e está a tratar de restabelecer a base naval nas Filipinas, construir uma nova numa ilha sul-coreana, adquirir uma base naval no Vietnã e bases aéreas algures na Ásia, (...) tenta comprar na Tailândia, através da corrupção habitual, uma base aérea utilizada na Guerra do Vietnã”. Referindo-se ao propósito de Washington de “organizar a guerra contra o Irão, a Rússia e a China”, P. C. Roberts entende que os EUA estão a tornar-se “um elemento isolado e desprezado da comunidade internacional”. Washington – continua o autor – “comprou a Europa, o Canadá, a Austrália, o antigo estado soviético da Geórgia (e quase a Ucrânia) e a Colômbia, e continua a tentar comprar o mundo inteiro, mas a opinião pública está a virar-se contra o estado da crescente Gestapo que se revelou sem lei, impiedoso e indiferente ou mesmo hostil à vida humana e aos direitos humanos”.

É provável que o desejo de complicar a vida à China esteja por detrás dos planos americanos para dominar todo o Médio-Oriente.

Em 2.3.2007, entrevistado pela jornalista Amy Goodman, o General Wesley Clark deu ao mundo esta notícia: dez dias antes dos ataques às Torres Gémeas de Nova Iorque (11SET2001), as invasões do Iraque, da Líbia e de outros países do Médio Oriente estavam já planeadas. E, numa conferência em São Francisco (3.10.2007), o General relata que, em visita ao Pentágono dez dias depois de 11.9.2001, foi informado de que os EUA iam atacar o Iraque. Tendo perguntado porquê, o seu interlocutor respondeu: “não sabemos”. Questionado pelo General, esclareceu que não tinha sido estabelecida qualquer ligação entre Saddam Hussein e o ataque às torres gémeas.

Segundo ele próprio informa, seis semanas mais tarde Wesley Clark voltou ao Pentágono, onde teve conhecimento de que os EUA iriam atacar e destruir os governos de sete países em cinco anos, começando pelo Iraque e continuando na Síria, Líbano, Líbia, Somália, Sudão e Irão. Comentário do General: “Eu não podia acreditar que fosse verdade, mas foi o que se passou”. Foi então que se recordou – diz ele – de uma reunião que tinha tido em 1991 com Paul Wolfowitz (na altura o número 3 na hierarquia do Pentágono), durante a qual este lhe tinha comunicado: “temos cinco ou dez anos para limpar todos os regimes favoráveis à ex-União Soviética, a Síria, o Irão, o Iraque, antes que surja a próxima superpotência que venha desafiar-nos”.

O General Clark conclui que os animadores do *Project for the New American Century* (Cheney, Rumsfeld, Wolfowitz e outros) queriam que o Médio Oriente fosse

As coisas podem complicar-se muito mais porque a economia americana não tem hoje forças para manter este estatuto de potência hegemónica. “A Rússia, a China, a Índia, o Brasil e a África do Sul preparam um acordo no sentido de abandonarem o USdólar como moeda de pagamentos internacionais entre si”. E P. C. Roberts explica os motivos da sua preocupação: “O governo chinês, mais inteligente que o americano, responde às ameaças militares de Washington seduzindo os dois aliados-chave dos EUA na Ásia. Como a economia chinesa é agora tão importante como a dos EUA e assenta em bases bastante mais firmes, e como o Japão tem agora mais comércio com a China do que com os EUA, a sedução é atraente. Além disso, a China está próxima e Washington está longe e a afogar-se na sua presunção”.

Não há dúvida de que as nuvens se adensam. Muitos de nós tínhamos esta informação e fazíamos dela uma leitura idêntica. O que é significativo é que um homem que partilhou responsabilidades políticas com Reagan esteja agora tão assustado com o que vê, que não resiste à necessidade de avisar o mundo dos perigos que corremos. A sua conclusão é perturbante: “A única perspetiva de Washington para perseverar em tal aventura é o uso primeiro das armas nucleares, apanhando de surpresa os demonizados adversários desprevenidos com bombardeamentos de surpresa. (...) É este o programa de Washington, revelado pelo militarista Bill Kristol, que não teve vergonha de fazer em público esta pergunta: ‘para que serve o armamento nuclear, se não o podemos utilizar?’”.

desestabilizado e colocado sob o controlo dos EUA. E fala, a este propósito, de “golpe de estado político”, porque estes planos são desenvolvidos à margem dos representantes eleitos para os órgãos do estado, em detrimento do estado democrático, pelos serviços secretos, que acusa de colaborarem com grupos terroristas (entre os quais a Al-Qaeda), que ajudam a criar, apoiam e financiam.³⁵

Tendo presente estas informações, compreende-se que o orçamento militar dos EUA não tenha cessado de aumentar, atingindo o valor mais alto de sempre sob a Administração de Obama/Prémio Nobel da Paz, absorvendo mais de 4% do PIB americano, o que corresponde a pelo menos 50% das despesas militares à escala mundial. A continuação de um forte envolvimento militar no Afeganistão e a busca incessante de um novo palco de guerra no Irão (depois da destruição da Líbia e da guerra disfarçada contra a Síria) podem ser um indicativo de que, mais uma vez, os interesses dominantes da oligarquia americana e dos seus aliados (na Europa e no resto do mundo) podem ceder à tentação (ou à miragem) de contornar a crise e curar as feridas provocadas pelo capitalismo através do aumento das despesas militares, aumento que só a guerra pode justificar.

Neste contexto, a atribuição do Prémio Nobel da Paz/2012 à União Europeia surge como um episódio grotesco e mal-são, colocando a UE ao lado de Menahem Begin e de Henry Kissinger na galeria dos *Prémio Nobel da Guerra*. Talvez a decisão se deva ao facto de a exportação de armamento pelos países da UE (à frente dos quais a França, o RU, a Alemanha, a Itália e a Espanha) ter aumentado 18,3% de 2010 para 2011, tendo atingido neste último ano o valor mais alto de sempre (37,5 mil milhões de euros).³⁶

13. CONCLUSÃO

³⁵ O General Wesley Clark não é um ‘infiltrado’ do *império do mal*: ele foi comandante supremo das forças da NATO na Europa e comandante-chefe de todas as atividades militares americanas na Europa, África e Médio Oriente. Os dados referidos foram colhidos em <<http://news2.reopen911.info/2011/10/18>>.

³⁶ Dados constantes de um Relatório tornado público pelo Conselho Europeu em 14.12.2013 (referidos em *Avante!*, 7.2.2013). Tem razão Perry ANDERSON (*ob. cit.*): “Em vez de ser um santuário dos direitos humanos”, a União Europeia “está ligada a atos de terrorismo e de ocupação, sem que os seus mais ilustres representantes sobre isso digam qualquer palavra”.

Temos de fazer deste tempo de grandes contradições e de grande desespero um tempo que seja também tempo de esperança. A vida mostra que o homem não deixou de ser o lobo do homem. Mas os ganhos de produtividade resultantes da revolução científica e tecnológica que tem caracterizado os últimos duzentos anos de vida da humanidade dão-nos razões para acreditar que podemos construir um mundo de cooperação e de solidariedade, um mundo capaz de responder satisfatoriamente às necessidades fundamentais de todos os habitantes do planeta.

A ideologia dominante apresenta sistematicamente a *globalização neoliberal* como uma pura consequência ‘mecânica’ e inevitável do desenvolvimento científico e tecnológico (tão inevitável como o facto de o sol nascer todos os dias). Em nosso entender, ela é antes um *projeto político*, concebido e levado a cabo de forma consciente e sistemática pelos grandes senhores do mundo, apoiados, com nunca antes na história, pelo poderoso arsenal dos aparelhos produtores e difusores da *ideologia dominante*, o totalitarismo do *pensamento único* assente nos dogmas do *neoliberalismo*.

À luz deste entendimento, é claro que a revolução científica e tecnológica não pode ser confundida com a globalização nem pode ver-se nesta o resultado inevitável daquela.

É verdade que nos primeiros tempos da revolução industrial os operários viram nas máquinas o seu ‘inimigo’ e por isso as destruíram e sabotaram. Cedo compreenderam, porém, que o seu inimigo de classe nunca poderiam ser as máquinas, mas uma outra classe social. Ninguém de bom senso e de boa fé pode cometer hoje o mesmo erro, considerando que a origem dos nossos males está na revolução científica e tecnológica. Seria imperdoável que o fizéssemos.

O que está mal na globalização atual não é, pois, a revolução científica e tecnológica que torna possíveis alguns dos instrumentos da ‘política neoliberal globalizadora’, mas o *neoliberalismo* que a alimenta, a estrutura dos poderes em que ela se apoia, os interesses que serve, cada vez mais os interesses da pequena elite do grande capital financeiro-especulador, as ‘famílias’ que comandam o grande crime organizado, o *crime sistémico*.

A crítica da *globalização neoliberal* não pode, pois, confundir-se com a defesa do regresso a um qualquer ‘paraíso perdido’, negador da ciência e do progresso.

Porque o desenvolvimento científico e tecnológico é o *caminho da libertação do homem*.

Sendo a globalização neoliberal um *projeto político*, os seus adversários, empenhados em evitar uma nova era de barbárie, têm de ser capazes de alimentar um *espírito de resistência*, desde logo no terreno do *trabalho teórico* (que nos ajuda a compreender a realidade para melhor intervir sobre ela) e no terreno da *luta ideológica* (que nos ajuda a desmascarar a ideologia dominante e a combater os interesses estabelecidos e as ideias feitas), porque a *luta ideológica* é, hoje mais do que nunca, um campo decisivo na luta política e na luta social (na luta de classes).

E têm de ser capazes de pôr de pé um *projeto político alternativo*, que assente na confiança no homem e nas suas capacidades, um projeto inspirado em valores e empenhado em objetivos que “os mercados” não reconhecem nem são capazes de prosseguir, um projeto que rejeite a lógica determinista que nos quer impor, como inevitável, *sem alternativa possível*, a atual globalização neoliberal, uma das marcas desta *civilização-fim-da-história*.

Esta é, a nosso ver, a equação correta para compreender o capitalismo dos nossos tempos, as suas forças e as suas fraquezas.

Apesar da ‘ditadura global’ que caracteriza este tempo de hegemonia unipolar e de pensamento único, é preciso aproveitar as brechas que se vão abrindo na fortaleza do capitalismo globalizado. “Os que protestam contra a globalização – escrevia *The Economist*, de 23.9.2000 – têm razão quando dizem que a questão moral, política e económica mais urgente do nosso tempo é a pobreza do Terceiro Mundo. E têm razão quando dizem que a onda de globalização, por muito potentes que sejam os seus motores, pode ser travada. É o facto de ambas as coisas serem verdadeiras que torna os que protestam contra a globalização tão terrivelmente perigosos”.

Num momento de lucidez, um dos faróis do neoliberalismo veio dizer o que nós já sabíamos: os *motores da globalização neoliberal* podem ser parados ou mesmo postos a andar em marcha atrás; a *inevitabilidade* da globalização neoliberal é um mito; a tese de que *não há alternativa* é um embuste.

Acresce que, perante as contradições desencadeadas pela própria globalização neoliberal, muitos acreditam que a globalização, saudada pelos defensores do

sistema como a solução para os seus problemas, “aciona forças que colocam em relevo não somente a incontrolabilidade do sistema por qualquer processo racional, mas também, e ao mesmo tempo, a sua própria incapacidade de cumprir as funções de controlo que se definem como sua condição de existência e legitimidade”.³⁷ O capitalismo globalizado pelo grande capital financeiro ganhou força, por um lado. Mas as suas contradições e as suas debilidades estão sujeitas aos efeitos tão bem traduzidos na velha máxima segundo a qual *maior a nau, maior a tormenta*.

Neste tempo de crise estrutural do capitalismo (o capitalismo assente no *crime sistémico*), os trabalhadores da Europa, dos EUA e de todo o mundo não-de compreender a urgência de *transformar o mundo*, começando por mudar as políticas levadas a cabo nas últimas três ou quatro décadas pelo *estado capitalista*, cuja *natureza de classe* talvez em nenhum outro período da história do capitalismo tenha sido tão evidente como hoje.

Para sairmos desta caminhada vertiginosa para o abismo, é necessário evitar que o mercado substitua a política, que as ‘leis do mercado’ se sobreponham aos normativos constitucionais e que o estado democrático ceda o lugar a um qualquer estado tecnocrático.

Aos universitários e aos intelectuais em geral cabe, como cidadãos, como universitários e como intelectuais, uma responsabilidade enorme nas lutas a travar. É um trabalho longo e difícil. Vale a pena fazê-lo acompanhados da música de Chico Buarque, que, em tempos de ditadura, sonhava e cantava o seu “sonho impossível”, porque acreditava nele e nos apontava o caminho: “Lutar, quando é fácil ceder / (...) Negar, quando a regra é vender / (...) E o mundo vai ver uma flor / Brotar do impossível chão”.

Sabemos que o desenvolvimento científico e tecnológico que veio com a civilização burguesa proporcionou um aumento meteórico da capacidade de produção e da produtividade do trabalho humano, criando condições mais favoráveis ao progresso social. Este desenvolvimento das forças produtivas (entre as quais avulta o próprio homem, como criador, depositário e utilizador do conhecimento) só carece de novas relações sociais de produção, de um novo modo de organizar a vida coletiva, para que possamos alcançar o que todos buscamos: a felicidade.

³⁷ Cfr. I. MÉSZÁROS, *O Século XXI*, cit., 105.

Mas também sabemos que as mudanças necessárias não acontecem só porque nós acreditamos que é possível um mundo melhor: o voluntarismo e as boas intenções nunca foram o ‘motor da história’. Essas mudanças hão-de verificar-se como resultado das leis de movimento das sociedades humanas. Mas os povos organizados podem acelerar o movimento da história e podem ‘fazer’ a sua própria história, dispondo-se à luta para tornar o sonho realidade. E se *o sonho comanda a vida, a utopia ajuda a fazer o caminho*.

É fundamental, porém, não esquecer a lição de António Gedeão no belíssimo poema cantado por Manuel Freire. O sonho “é tela, é cor, é pincel, base, fuste ou capitel, arco em ogiva, vitral, pináculo de catedral, contraponto, sinfonia, máscara grega, magia (...), florete de espadachim, bastidor, passo de dança, Colombina e arlequim” – tudo criações do homem. Mas é também “retorta de alquimista, rosa dos ventos, infante, caravela quinhentista, é cabo da Boa Esperança (...), passarola voadora, pára-raios, locomotiva, barco de proa festiva, alto forno, geradora, cisão do átomo, radar, ultra-som, televisão, desembarque em foguetão na superfície lunar”.

Este é o sonho alimentado pelo desenvolvimento científico e tecnológico da humanidade. Este é *o sonho que comanda a vida*, porque sempre que os homens sonham um sonho assim “o mundo pula e avança”, no sentido da libertação do homem. A *globalização neoliberal* não é o fruto necessário do desenvolvimento científico e tecnológico, é apenas uma utilização perversa dele, tal como a bomba atômica é uma utilização perversa do desenvolvimento científico na área da Física nuclear.

O direito ao sonho e à utopia tem hoje mais razão de ser do que nunca. Afinal, o desenvolvimento científico e tecnológico tem vindo a confirmar a utopia marxista: o caminho percorrido pela humanidade vai no sentido que anuncia o dia em que os homens poderão saltar do *reino da necessidade* para o *reino da liberdade*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEG, Henri. **SOS América**, trad. port. Editorial Caminho, Lisboa, 1987.

ALVES, André Azevedo. Estado garantia e solidariedade social, em **Nova Cidania**, nº 32, abril-junho/2007, 20-25.

ANDERSON, Perry. A Europa face à hegemonia alemã, em **Le Monde Diplomatique** (ed. port.), dez/2012.

ATTALI, Jacques. **Verbatim I**, Paris, Fayard, 1993.

AVELÃS NUNES, António José. **O Keynesianismo e a contra-revolução monetarista**, Coimbra, FDUC, 1991;

_____. **Neoliberalismo e Direitos Humanos**, Rio de Janeiro – São Paulo, Renovar, 2003

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Estudos sobre Direitos Fundamentais**, 2ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2008;

_____. O tom e o dom na teoria jurídico-constitucional dos direitos fundamentais, em **Estudos...**, *ob. cit.*, 115-136;

_____. Sobre os fundamentos do estado social, em **Nova Cidadania**, nº 31, jan-março/2007.

CARVALHO, Pedro. Globalização, a ofensiva do capital e a crise estrutural do capitalismo, em **O Militante**, nº 284, set-out/2006, 52-58.

CLEMENTE, Manuel. Um Estado social subsidiário, em **Nova Cidadania**, Ano VIII, nº 31, jan-março/2007;

FONSECA, Fernando Adão da. Estado Garantia: o Estado Social do Século XXI, em **Nova Cidadania**, nº 31, jan-março/2007, 24-29.

FRIEDMAN, Milton e Rose. **Liberdade para escolher**, trad. port., Europa-América, Lisboa, s/d (1ª ed. americana, 1979).

GIANNINI, Massimo Severo. Stato sociale: una nozione inutile, em **Studi in Onore di C. Mortati**, Vol. I, Milão, 1978.

GOMES, Joaquim. Estado Social, em **Sobre o Capitalismo Português**, Textos Vértice, Atlântida Editora, Coimbra, 1971, 205-228.

HABERMAS, Jürgen. **Um Ensaio sobre a Constituição da Europa**, Lisboa, Edições 70, 2012.

HALIMI, Serge. As promessas do NÃO, em **Le Monde Diplomatique** (edição portuguesa), junho/2005, 1-3.

HAYEK, Friedrich A. Inflation Resulting from the Downward Inflexibility of Wages (original de 1958), em **Studies in Philosophy, Politics and Economics** (1.^a ed., 1967), Routledge and Kegan Paul, Londres, 1978, 295-299;

KALDOR, Nicholas. The New Monetarism, em **Lloyds Bank Review**, nº 99, Julho/1970, 1-18.

KALECKI, Michael. Political Aspects of Full Employment, em E. K. HUNT and Jesse G. SCHWARTZ (Eds.), **A Critique of Economic Theory. Selected Readings**, Penguin Books, 1972, 420-430 (ensaio publicado originariamente em *Political Quarterly*, Vol. 14, 1943, 322-331).

KEYNES, John Maynard. The General Theory of Employment, Interest and Money (1936), em J. KEYNES, em **The Collected Writings of John Maynard Keynes** (29 volumes), MacMillan, Londres, 1973, vol. VII.

KRUGMAN, Paul. **Acabem com esta Crise já !**, Lisboa, Editorial Presença, 2012.

LECHEVALIER, A. e WASSERMANN, G. **La Constitution Européenne – Dix Clés pour Comprendre**, Paris, La Découverte, 2005.

MATTICK, Paul. **Economics, Politics and the Age of Inflation**, M. E. Sharpe, N. York, 1978;

_____. **Marx & Keynes: Os Limites da Economia Mista**, trad. port., Lisboa, Antígona, 2010.

MÉSZÁROS, István. **O Século XXI – Civilização ou Barbárie?**, trad. bras., Boitempo Editorial, São Paulo, 2006.

MOREIRA, Vital. Sobre o poder económico, em **Vértice**, nº 333, out/1971.

PINTO, Mário. Estado arbitrário ou estado subsidiário, em **Nova Cidadania**, novembro/2010.

RAMOS, Pedro Nogueira. **Torturem os Números que eles Confessam** – Sobre o mau Uso e Abuso das Estatísticas em Portugal, e Não Só, Coimbra, Alameda/CES, 2013.

ROBERTS, Paul Craig. **O colapso da economia americana e o fim do mundo**, disponível em <<http://www.paulcraigroberts.org/2012/07/08/>> the collapsing us economy end world.

SMITH, Adam. **Riqueza das Nações**, trad. port., edição da Fundação Calouste Gulbenkian (2 volumes), Lisboa, 1981 e 1983.

SOARES, Rogério. **Direito Público e Sociedade Técnica**, Atlântida Editora, Coimbra, 1969.

SOUSA, Francisco Vieira e. Estado, liberdade e educação, em **Nova Cidadania**, abril-junho/2007, 13-19.

VARELA, Raquel (Coordenadora). **Quem paga o estado social em Portugal?**, Lisboa, Bertrand Editora, 2012.

WAPSHOTT, Nicholas. **Keynes/Marx** - O Confronto que Definiu a Economia Moderna, trad. port., Lisboa, D. Quixote, 2011.